

Moçambique

Fevereiro 2011

Moçambique melhor que os seus pares

- ⚡ O ritmo de crescimento económico em 2010 deverá ter-se situado próximo de 8%, superando uma vez mais as expectativas. Recordar-se que as previsões oficiais apontavam para uma expansão de 6.2%; no Outono, o Fundo Monetário Internacional antecipava 7.2%, e a OCDE, na Primavera, previa 5.8%.
- ⚡ Em comparação com os seus pares, Moçambique surge também bem posicionado: o FMI estima um crescimento do PIB na região da África subsaariana na ordem dos 4.9%, enquanto os países da região costeira, com economias pouco dependentes de recursos naturais, deverão ter registado uma expansão de 3.5%.
- ⚡ O dinamismo da actividade económica foi transversal a todos os sectores, destacando-se contudo o contributo do sector agrícola. Condições climáticas favoráveis bem como a ênfase que tem sido posta no investimento e na reorganização do sector, justificam este comportamento. A recuperação da economia global, reflectiu-se também na retoma das exportações e no maior contributo da produção dos designados mega-projectos, destacando-se o alumínio, a energia eléctrica e também o gás natural.
- ⚡ A taxa de inflação deverá ter-se situado em 12.7% em 2010, próxima das estimativas oficiais mas acima dos níveis do ano anterior (2009: 3.3%). A depreciação do metical, encarecendo os produtos importados, o aumento do preço dos produtos energéticos e alimentares nos mercados internacionais e a retirada de subsídios aos preços de alguns bens e serviços de primeira necessidade, justificou esta evolução.
- ⚡ Em 2011, a inflação deverá desacelerar dada a reintrodução de alguns dos subsídios no final do ano passado, a maior estabilidade cambial e a previsão de uma evolução mais moderada dos preços energéticos e alimentares nos mercados internacionais. A estimativa das autoridades aponta para uma taxa de inflação média anual de 8%, previsão que se poderá revelar optimista dada a forte dinâmica da procura interna.
- ⚡ Não se antecipam alterações ao padrão de evolução da economia moçambicana ao longo dos próximos anos, sendo de prever que o ritmo de expansão da actividade continue a surpreender favoravelmente, suplantando os seus pares na região. Este cenário positivo tem subjacente a progressiva entrada em funcionamento de diversos megaprojectos, sobretudo nos sectores energético e de exploração mineira. Refira-se que o FMI projecta uma taxa de expansão real média da actividade económica entre 2012 e 2015 na ordem dos 8%, enquanto os países de toda a região subsaariana deverão apresentar um crescimento médio em torno de 5.5%.
- ⚡ Progressos sustentados em termos do desenvolvimento económico estão, contudo, dependentes do fortalecimento do sector privado, permitindo um padrão de crescimento mais partilhado por toda a população. A manutenção desta dinâmica exigirá que as autoridades mantenham como objectivos primordiais: o melhoramento das infra-estruturas e serviços públicos; o reforço do sistema financeiro; e, a manutenção de um clima de negócios aberto à iniciativa privada. Neste capítulo, destaca-se a melhoria do posicionamento do país no índice *Doing Business* do Banco Mundial em 2011: Moçambique subiu 4 posições no *ranking*, situando-se agora em 126º lugar entre 183 economias.

Paula Carvalho

Email: paula.goncalves.carvalho@bancobpi.pt

Telef.: 21 310 11 87

João Vitor Sousa

Email: joao.vitor.sousa@bancobpi.pt

Telef.: 21 310 10 28



Mozambique - A Fortaleza de São Sebastião

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Cristina Casalinho
Paula Gonçalves Carvalho

Dir. Coordenadora
SubDirectora

João Vitor Sousa
Susana de Jesus Santos
Teresa Gil Pinheiro

ANÁLISE TÉCNICA
Agostinho Leal Alves

Tel.: 351 21 310 11 86 Fax: 351 21 353 56 94

Email: deef@bancobpl.pt www.bancobpl.pt www.bplinvestimentos.pt/Research

ÍNDICE

	Pág.
MOÇAMBIQUE - ECONOMIA SEGUE A BOM RITMO...MAS ALGUMAS NUVENS ENSOMBRA O HORIZONTE	
1. EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA	05
1.1 ÓPTICA DA OFERTA	05
1.2 ÓPTICA DA PROCURA	06
2. INFLAÇÃO	07
3. POLÍTICA MONETÁRIA E CAMBIAL	07
4. TAXA DE CÂMBIO	09
5. PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO NO CONTEXTO DA ÁFRICA SUBSARIANA	10
6. POSICIONAMENTO NO RANKING DOING BUSINESS MELHORA	11
7. DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICO-SOCIAIS	11
7.1 CORTES NOS SUBSÍDIOS LEVAM A DISTÚRBIOS EM MAPUTO	11
7.2 PROJECTOS DE INVESTIMENTO NA INDÚSTRIA EXTRACTIVA MANTÉM RITMO DE DESENVOLVIMENTO	12
7.3 MERCADO DE TRABALHO APRESENTA ESCASSEZ DE MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA	12
7.4 TERCEIRA LICENÇA DE COMUNICAÇÕES MÓVEIS ATRIBUÍDA A CONSÓRCIO VIETNAMITA-MOÇAMBICANO	13
7.5 RELAÇÕES COM O MALAWI REFORÇADAS	13
8. CONTAS EXTERNAS	13
8.1 BALANÇA DE BENS	14
8.2 BALANÇA DE SERVIÇOS	15
8.3 BALANÇA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL	15
8.4 INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO	15
9. CONTAS PÚBLICAS	16
9.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2010	16
9.1.1 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DO ESTADO	16
9.1.2 EVOLUÇÃO DA DESPESA	17
9.2 ORÇAMENTO DE ESTADO 2011	18
9.2.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	18
9.2.2 EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	19
9.2.3 RECEITAS DO ESTADO	20
9.2.4 DESPESAS DO ESTADO	21
9.2.4.1 DESPESAS CORRENTES	21
9.2.4.2 DESPESAS DE INVESTIMENTO	22
9.2.5 CONCLUSÃO	22
BASE DE DADOS	24

MOÇAMBIQUE - ECONOMIA SEGUE A BOM RITMO...MAS ALGUMAS NUUVENS ENSOMBRAM O HORIZONTE

1. EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA

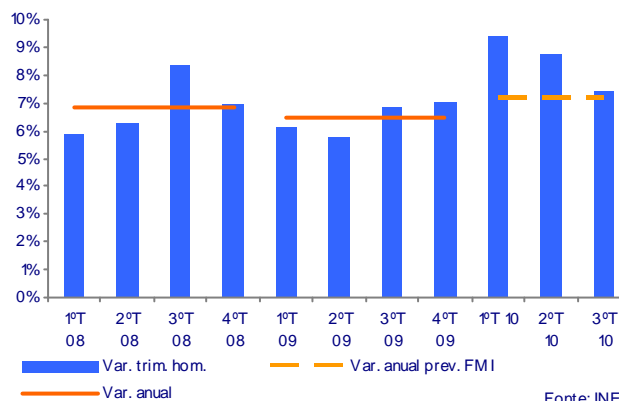
1.1 Óptica da oferta

Durante os primeiros três trimestres do ano de 2010, observou-se um aumento nas taxas de variação do PIB trimestral face ao ano anterior, o que deixa antever uma aceleração do crescimento anual.

Até ao final do terceiro trimestre, a taxa de variação homóloga do PIB situou-se em 8.5%, o que compara com um crescimento anual de 6.25% no período homólogo. Se se verificar no último trimestre o padrão de crescimento dos últimos anos (uma quebra trimestral não ajustada da sazonalidade de cerca de 10%), o crescimento homólogo do PIB anual situar-se-á em 8.4%, acima da previsão de 7.2% do FMI. Para que a estimativa do FMI se concretize é necessário que a quebra trimestral do PIB não ajustada da sazonalidade seja de 14%, pelo que existe uma margem de conforto para que esta estimativa seja ultrapassada.

Se se verificar no último trimestre o padrão de crescimento dos últimos anos (uma quebra trimestral não ajustada da sazonalidade de cerca de 10%), o crescimento homólogo do PIB anual situar-se-á em 8.4%, acima da previsão de 7.2% do FMI. Para que a estimativa do FMI se concretize é necessário que a quebra trimestral do PIB não ajustada da sazonalidade seja de 14%, pelo que existe uma margem de conforto para que esta estimativa seja ultrapassada.

Crescimento real do PIB

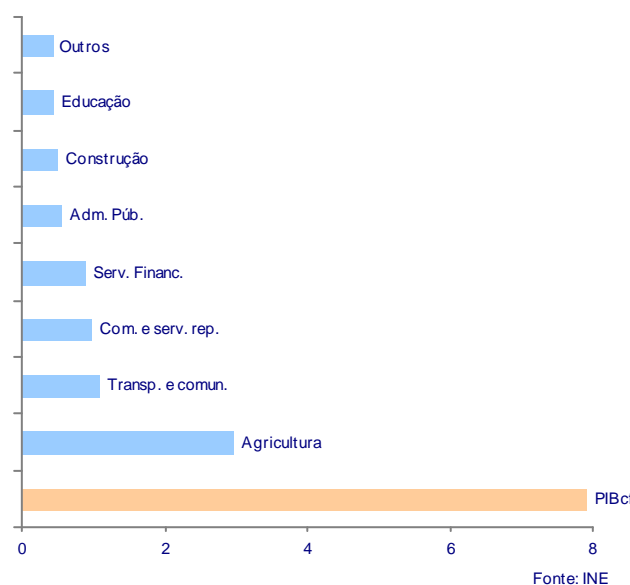


Fonte: INE

O principal sector dinamizador do crescimento tem sido a Agricultura (cerca de 3 pontos percentuais (pp) ou 37.5% de contributo durante os primeiros 9 meses de 2010). **Este aumento reflecte o investimento que as autoridades têm efectuado no sector, bem como, a existência de condições climáticas favoráveis.** Apesar deste crescimento, o sector agrícola continua a apresentar baixos níveis de produtividade, praticando-se ainda em larga escala uma agricultura de subsistência. O desenvolvimento do sector agrícola deverá constituir uma prioridade entre as políticas governativas, uma vez que o crescimento do sector afigura-se como uma importante ferramenta no combate à redução dos níveis de pobreza. Com efeito, nos meios rurais, onde a prevalência de pobreza absoluta é maior, o desenvolvimento do sector agrícola deverá permitir a inclusão na força de trabalho de uma significativa camada da população, possibilitando desta forma uma rápida redução dos níveis de pobreza. Outro factor que torna importante o desenvolvimento agrícola é a dependência alimentar face ao exterior, o que agrava o desequilíbrio das contas externas. Face à previsível gradual redução dos donativos concedidos ao país, é necessário diminuir as necessidades de financiamento externo, ou seja, alcançar um maior equilíbrio das contas externas.

Apesar deste crescimento, o sector agrícola continua a apresentar baixos níveis de produtividade, praticando-se ainda em larga escala uma agricultura de subsistência. O desenvolvimento do sector agrícola deverá constituir uma prioridade entre as políticas governativas, uma vez que o crescimento do sector afigura-se como uma importante ferramenta no combate à redução dos níveis de pobreza. Com efeito, nos meios rurais, onde a prevalência de pobreza absoluta é maior, o desenvolvimento do sector agrícola deverá permitir a inclusão na força de trabalho de uma significativa camada da população, possibilitando desta forma uma rápida redução dos níveis de pobreza. Outro factor que torna importante o desenvolvimento agrícola é a dependência alimentar face ao exterior, o que agrava o desequilíbrio das contas externas. Face à previsível gradual redução dos donativos concedidos ao país, é necessário diminuir as necessidades de financiamento externo, ou seja, alcançar um maior equilíbrio das contas externas.

Contributo por sector entre Jan-Set 2010 (p.p.)



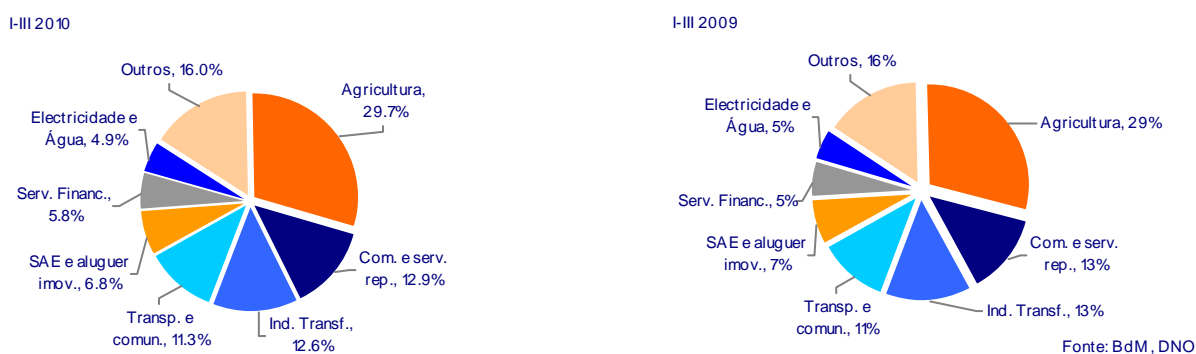
Fonte: INE

Os sectores de "Transportes e comunicações", "Comércio e serviços de reparação" e "Serviços financeiros" contribuíram 1.1pp, 1pp e 0.9pp para o crescimento do produto nos primeiros nove meses de 2010. Estes sectores, ligados à actividade terciária, reflectem o dinamismo da procura interna, em particular nos principais centros urbanos, não sendo de esperar uma desaceleração durante os próximos meses.

Outros sectores com um contributo significativo para o crescimento durante os primeiros nove meses de 2010 foram a "Administração Pública", "Construção" e "Educação" com um contributo de 0.6pp, 0.5pp e 0.5pp, respectivamente. Dado que o Orçamento de Estado para 2011 prevê um crescimento real praticamente nulo, o contributo da "Administração Pública" para o crescimento em 2011 deverá estagnar. Os sectores da "Construção" e "Educação" deverão continuar a crescer, uma vez que existem diversos projectos de construção em andamento e a educação mantém-se como uma prioridade das políticas governativas.

Em termos de peso no produto, a distribuição sectorial mantém-se praticamente inalterada relativamente ao período homólogo. As maiores variações positivas foram registadas pelo sector agrícola e serviços financeiros, 0.6pp e 0.4pp, respectivamente, para um peso de 29.7% e 5.8%. Pela negativa, destacam-se os sectores da indústria transformadora, com uma queda de 0.8pp para 12.6% do produto e dos "Serviços às empresas e aluguer de imóveis", cuja queda foi de 0.5pp para 6.8% do produto. Outros sectores com um peso relevante no PIB são: "Comércio e serviços de reparação" (12.9% do PIB), "Transportes e comunicações" (11.3% do PIB) e "Electricidade e água" (4.9% do PIB).

PIB por sector



Nos próximos anos é esperado que o peso da indústria de extracção mineira (1.2% do PIB) aumente significativamente dadas as perspectivas de produção para o sector. O estágio de desenvolvimento do país permite afirmar que o potencial de crescimento dos outros sectores é também elevado mas aqueles que apresentam maiores potencialidades nos próximos anos, a par da extracção mineira, são: o sector agrícola, uma vez que a baixa produtividade agrícola deixa espaço para um forte aumento da produção; o sector da construção, dado que o desenvolvimento de infra-estruturas básicas deverá continuar a ser uma prioridade do governo; e, o sector energético devido ao aumento da capacidade produtiva de Cahora Bassa e à construção de uma nova barragem em Mphanda Nkuwa.

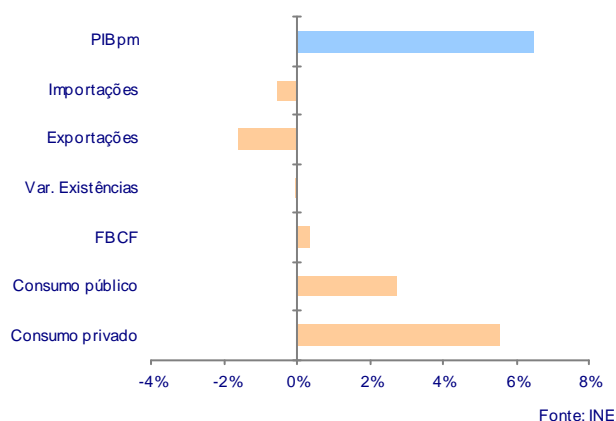
1.2 Óptica da procura

Pela óptica da procura apenas existem dados disponíveis para 2009. O crescimento de 6.4% apenas foi alcançado devido ao contributo da procura interna (8.6pp) enquanto que a procura externa pesou negativamente sobre o crescimento (-2.1pp).

O contributo da procura interna deveu-se maioritariamente ao consumo, quer privado, quer público. O consumo privado apresentou um contributo de 5.5pp face a 4.9pp, no ano anterior, enquanto que o consumo público contribuiu com 2.8pp para o crescimento do produto, um acréscimo de 2pp face ao período homólogo. A formação bruta de capital fixo (investimento) apresentou um contributo de 0.3pp, uma queda de 0.9pp face a 2009, enquanto que a variação de existências teve um contributo nulo para o crescimento após um contributo de 0.7pp no ano transacto.

A procura externa exibiu um contributo negativo que se deveu a um decréscimo de cerca de 5% das exportações, conjuntamente com um aumento marginal das importações (cerca de 1%). Tal resultou num contributo negativo das exportações de 1.6pp e de 0.5pp das importações.

Contributo para o crescimento em 2009



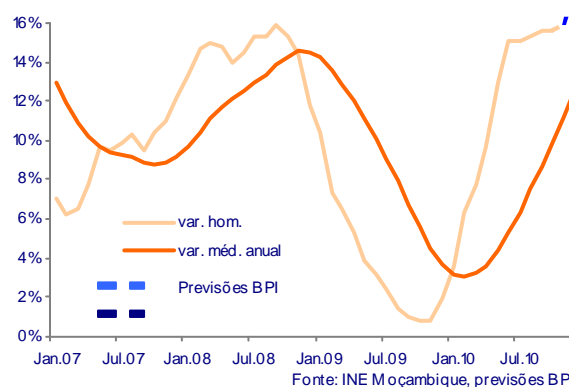
O detalhe do PIB mostra que foi o consumo público que permitiu que o desempenho económico superasse as expectativas iniciais de crescimento em 2009, conjuntamente com a manutenção da procura privada elevada. Por sua vez, o investimento teve um crescimento ténue (1.5%). O crescimento do consumo e em menor escala do investimento conduziram a um crescimento das importações, que apresentaram um contributo negativo de 0.5pp para o crescimento do produto. As exportações, cuja quebra se deveu, principalmente, à queda das exportações de alumínio, tiveram um contributo negativo de 1.6pp para o crescimento.

Estes dados mostram que é necessário prosseguir políticas que permitam um modelo de crescimento mais equilibrado. No actual estágio de desenvolvimento é desejável que se assista a elevadas taxas de investimento que permitam o crescimento do tecido produtivo. Como referido, o sector agrícola é um sector crucial pelo potencial de crescimento que apresenta e pela sua capacidade de diminuir os níveis de pobreza mas é também necessário desenvolver as indústrias diminuindo desta forma a dependência face ao exterior. A diversificação da base de exportações e o acréscimo na escala de valor das mesmas também permitiria tornar o sector transaccionável menos exposto às oscilações da procura externa e assim um crescimento mais sustentável.

2. INFLAÇÃO

Após atingir um mínimo histórico no final de 2009, a taxa de inflação tem vindo a acelerar ao longo de 2010. Assim, após uma forte aceleração entre Novembro de 2009 e Junho de 2010, de 0.8% para 15.1% em termos homólogos, o ritmo de crescimento abrandou, situando-se a taxa de variação homóloga em 15.6% no final de Outubro, prevendo-se que acelere para 16% no final do ano. **A taxa de variação média anual seguiu a mesma tendência devendo terminar o ano em 12.4%, uma previsão que se situa ligeiramente abaixo da estimava das autoridades inscrita no Orçamento de Estado (12.7%).** Tal deve-se a um comportamento mais moderado das taxas de variação mensal ao longo dos últimos três meses, que se encontram em linha com as verificadas no mesmo período de 2010.

Inflação (Taxa de Var. Homóloga)



As principais razões para esta aceleração da inflação foram: a depreciação do metical face ao dólar norte-americano, o rand sul-africano e euro, encarecendo os produtos importados, que detêm um peso significativo no cabaz de produtos; o aumento do preço nos mercados internacionais dos preços energéticos e alimentares, o que agravou o efeito da depreciação do metical; e, a retirada de subsídios aos preços do pão, combustíveis, entre outros bens e serviços de primeira necessidade.

A reintrodução de alguns dos subsídios, a maior estabilidade cambial do metical e a previsão de uma evolução mais estável dos preços energéticos e alimentares nos mercados internacionais deixa antever uma desaceleração da taxa de inflação. A estimativa das autoridades aponta para uma taxa de inflação média anual de 8%, em 2011, uma evolução que se poderá revelar demasiado optimista dada a forte dinâmica da procura interna.

3. POLÍTICA MONETÁRIA E CAMBIAL

Principais taxas de juro

	Jan-10	Fev-10	Mar-10	Abr-10	Mai-10	Jun-10	Jul-10	Ago-10	Set-10	Out-10	Nov-10	Dez-10
BT's												
91 Dias	9.5%	9.5%	9.5%	9.5%	11.1%	12.5%	13.1%	13.2%	13.2%	13.8%	14.5%	14.7%
182 Dias	10.4%	10.4%	10.4%	10.7%	-	12.3%	13.6%	13.2%	-	13.7%	15.0%	15.0%
364 Dias	11.0%	11.0%	11.0%	11.0%	11.2%	13.7%	14.2%	14.3%	-	15.3%	15.3%	15.4%
Fac. Perman. de Dep.	3.0%	3.0%	3.0%	3.0%	3.0%	4.0%	4.0%	4.0%	4.0%	4.0%	4.0%	4.0%
Fac. Perman. de Ced.	11.5%	11.5%	11.5%	12.5%	12.5%	14.5%	14.5%	14.5%	15.5%	15.5%	15.5%	15.5%

Fonte: BdM.

O Banco de Moçambique (BdM) tem como mandato assegurar a estabilidade dos preços. **Em 2010, o BdM teve como objectivo uma inflação média anual de 12.7%, uma revisão em alta face ao anterior objectivo de 9.5%, e de reservas internacionais equivalentes a cerca de 5 meses de cobertura de importações de bens e serviços.** A variável instrumental da política monetária é a base monetária. Para controlar a evolução deste agregado, o BdM intervém no Mercado Monetário Interbancário (MMI) através da venda e compra de Bilhetes do Tesouro; e no Mercado Cambial Interbancário (MCI) através da compra e venda de divisas.

Desta forma, o banco central tem vindo a actuar de forma a conter as pressões inflacionistas existentes e a apreciação do metical face às principais moedas de referência nas transacções comerciais.

Entre Março e Setembro de 2010, o BdM aumentou a taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez em 4pp para 15.5%, de forma a restringir o crescimento da base monetária, que até Outubro apresenta um crescimento acumulado de 22.7%. Por sua vez, a taxa da facilidade permanente de depósito subiu apenas 1pp para 4%.

O aumento da taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez foi acompanhado de um aumento da taxa dos Bilhetes do Tesouro, instrumento utilizado pelo BdM para absorver liquidez do sistema. No prazo com emissões mais regulares, 91 dias, a taxa média aumentou cerca de 5pp para 14.67%. Dado o aumento da taxa de inflação, a rentabilidade real deste produto financeiro tornou-se negativa pelo que os efeitos restritivos da política monetária foram atenuados. Contudo, a escassez de oferta de produtos financeiros alternativos faz com que os Bilhetes do Tesouro continuem a apresentar um binómio risco/rendibilidade atractivo.

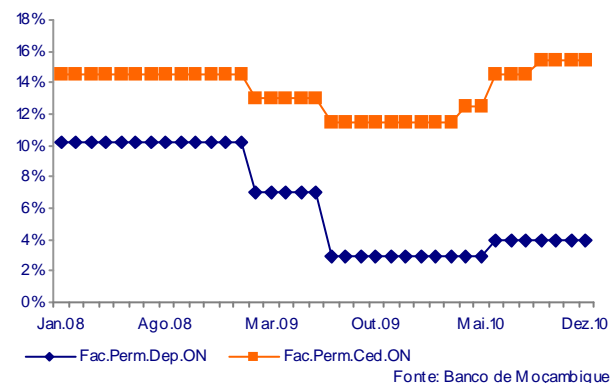
Outra medida utilizada pelo BdM para restringir a liquidez foi o aumento do coeficiente de reservas obrigatório para 8.5%, o que obriga os bancos a reter uma maior proporção das suas reservas, limitando a concessão de crédito.

Como resultado das medidas de política monetária mais restritivas, **o crédito à economia apresenta um ritmo de crescimento mais moderado.** No segundo trimestre de 2010, ainda se assistiu a uma aceleração, de uma variação homóloga de 50.8%, em Março, para 57.6%, em Julho, mas até Outubro assistiu-se a uma queda para 43.7%.

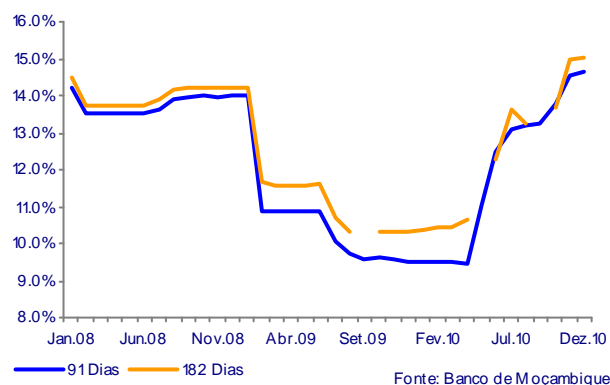
Embora a concessão de crédito à economia continue a desempenhar um papel crucial no seu desenvolvimento, dada a dinâmica da procura interna e os seus efeitos sobre a inflação é importante que se assista a uma concessão de crédito mais moderada evitando a formação de bolhas especulativas ou a concessão de crédito a projectos com elevado risco.

Como referido, manter os fluxos de crédito à economia é fundamental para o desenvolvimento da mesma. Neste sentido, para além do sector bancário tradicional, as instituições financeiras de micro crédito, que possuem alguma expressão em Moçambique, deverão continuar a ter um importante papel a desempenhar.

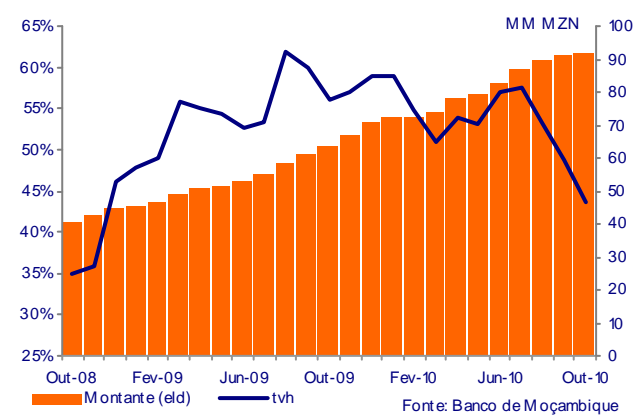
Taxas Directoras do Banco de Moçambique



Taxas de Juro dos Bilhetes do Tesouro



Crédito à economia



A evolução dos depósitos também evidencia uma tendência de desaceleração nos últimos meses, embora de forma não tão pronunciada. Entre Julho e Outubro de 2010, a taxa de variação homóloga decaiu de 37% para 29%. Tanto os depósitos em moeda nacional como os depósitos em moeda estrangeira apresentaram um menor ritmo de crescimento. No caso dos depósitos em moeda nacional, a taxa de variação homóloga passou de 29% para 21%, enquanto que a taxa de crescimento homóloga dos depósitos em moeda estrangeira diminuiu de 48% para 42%, o que se explica pela ligeira apreciação do metical face às principais moedas nos últimos meses. No entanto, esta apreciação não foi suficiente para impedir que a tendência de diminuição do peso dos depósitos em moeda nacional no total dos depósitos decaísse (57% em Outubro face a 63% no final de 2009), o que evidencia a necessidade apontada pelo BdM de aumentar o uso da moeda local nas transacções internas ao invés do dólar norte-americano.

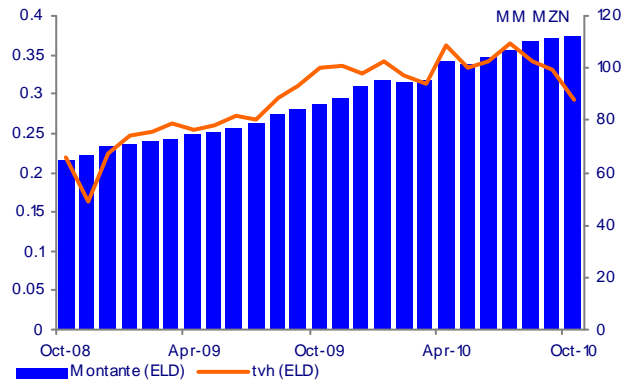
4. TAXA DE CÂMBIO

O metical sofreu uma forte depreciação face às principais moedas entre meados de 2009 e meados de 2010. Face ao dólar norte-americano, o metical depreciou 44% até meados de Agosto, atingindo um pico de 38 USD/MZN. Desde então, apresenta uma trajetória de ligeira apreciação. Esta apreciação resulta da intervenção do BdM no mercado cambial interbancário e de uma melhoria no saldo das trocas com o exterior devido a uma melhoria das exportações e à entrada de donativos.

Outras moedas importantes são o euro e o rand sul-africano. O euro apreciou-se cerca de 36% face ao metical entre Julho e Novembro deste ano. Dada a maior prioridade dada pelo BdM na estabilidade do metical face ao dólar, a flutuação do metical face ao euro espelha a evolução desta moeda face ao dólar, particularmente desde meados de Agosto, altura a partir do qual o câmbio USD/MZN estabilizou. Das três moedas em análise, o rand sul-africano foi aquela que sofreu uma maior apreciação face ao metical (cerca de 56% entre Julho de 2009 e Agosto de 2010). Tal deve-se à evolução favorável do rand neste período, resultado do retorno dos fluxos de capital e melhoria das exportações após a forte desvalorização sofrida no último trimestre de 2008.

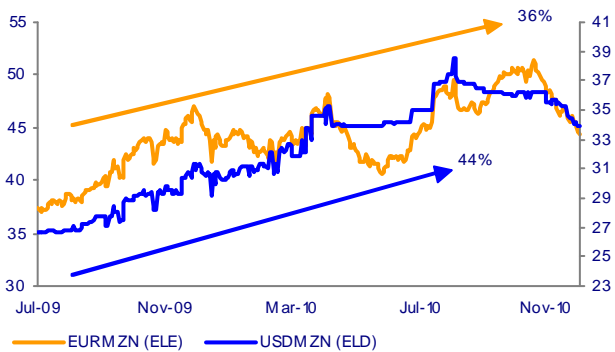
Como referido anteriormente, o BdM tem como objectivo a manutenção do nível de reservas internacionais líquidas acima do equivalente a 5 meses de importações de bens e serviços. Em 2009, esse valor correspondia a cerca de USD 1765 milhões, esperando-se em 2010 um montante superior, uma vez que o crescimento do PIB leva a um aumento das importações e a desvalorização do metical fez com que estas tenham encarecido. Tendo em conta o limite correspondente a 2009, as reservas internacionais líquidas têm oscilado em torno desse valor desde Junho. A entrada de divisas

Depósitos



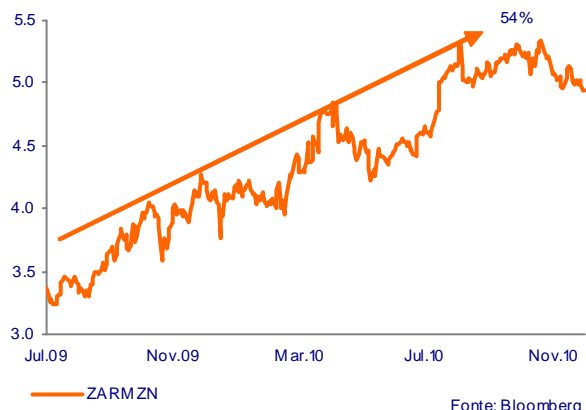
Fonte: Banco de Moçambique, BBPI

Evolução do metical



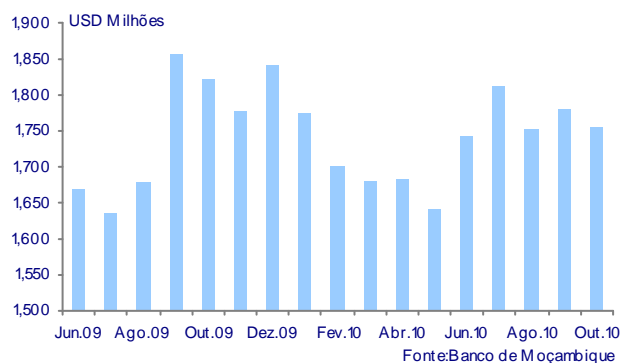
Fonte: Bloomberg

...face ao rand sul-africano



Fonte: Bloomberg

Reservas internacionais líquidas



Fonte: Banco de Moçambique

decorrentes de donativos e exportações foram os principais factores a impulsionar o valor das reservas, não se assistindo a um maior crescimento devido à intervenção do BdM no mercado cambial interbancário, de forma a estabilizar o valor do metical face às principais moedas de referência.

5. PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO NO CONTEXTO DA ÁFRICA SUBSARIANA

De acordo com o Regional Economic Outlook, publicado pelo FMI em Outubro, **o crescimento da região subsariana deverá situar-se em 5%, em 2010, e 5.5%, em 2011**. Tal crescimento reflecte a recuperação de várias economias da região para os fortes níveis de crescimento registados durante a segunda metade da última década.

A região tem um histórico de elevada sensibilidade a choques externos adversos, algo que não se verificou perante a crise financeira global. De facto, os países da África subsariana encontravam-se, desta vez, melhor preparados para fazer face às adversidades, uma vez que a prossecução de políticas de estabilidade macroeconómica nos anos mais recentes, tais como equilíbrio das contas públicas, acumulação de reservas externas, diminuição da dívida pública e controlo da inflação, concederam margem de manobra às autoridades para usarem a política monetária e fiscal de forma contracíclica.

Mais ainda, o crescimento esperado, em 2010 e 2011, terá uma base alargada. A procura interna mantém-se robusta, quer por via do consumo, quer por via do investimento público e privado, e as exportações têm beneficiado da recuperação da economia global e da cada vez maior interligação da região com as economias asiáticas.

Contudo, ainda persistem alguns efeitos da crise, como a subida do desemprego em países com maior peso da indústria transformadora, desequilíbrios orçamentais e o nível das exportações ainda não atingiu os níveis pré-crise. Os principais riscos para a actividade na região prendem-se com a possibilidade de menores fluxos de capital com origem nas economias avançadas, assim como, com o calendário eleitoral preenchido (cerca de 17 actos eleitorais na região ao longo do próximo ano), que pode conduzir a um adiamento de reformas estruturais.

A principal orientação política para a região dada pelo FMI relaciona-se com a necessidade de direccionar as preocupações para a sustentabilidade financeira e da dívida no médio e longo prazo, ao invés de um maior ênfase sobre o crescimento no curto prazo. Tal recomendação deve-se ao facto de grande parte das economias da região estarem próximas do seu crescimento potencial sendo, por isso, agora necessário adequar a trajectória das receitas e despesas públicas a um nível que permita garantir a sustentabilidade das contas públicas a médio prazo.

No longo prazo, a manutenção desta dinâmica de crescimento exigirá que as autoridades mantenham como objectivos primordiais: o melhoramento das infra-estruturas e serviços públicos; o reforço dos sistemas financeiros; e, a manutenção de um clima de negócios aberto à iniciativa privada.

De acordo com o FMI, a performance económica de Moçambique deverá suplantar a da região ao longo dos próximos anos. Com efeito, o crescimento do PIB em Moçambique deverá rondar 8%, entre 2012 e 2015, enquanto que a região deverá apresentar um crescimento médio em torno de 5.5%. Relativamente à evolução dos preços, em 2010, a inflação teve um comportamento mais benigno no conjunto da região do que em Moçambique, o que reflecte a maior desaceleração ocorrida no ano anterior em Moçambique.

Principais indicadores macroeconómicos

PIB (var. real, %)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
África subsariana	5.5	2.6	5.0	5.5	5.7	5.7	5.5	5.4
Moçambique	6.8	6.4	7.2	7.5	7.8	7.9	7.8	7.8
Angola	13.3	0.7	5.9	7.1	6.3	6.1	5.5	4.2
Botswana	3.1	-3.7	8.4	4.8	7.2	7.4	5.1	5.3
África do Sul	3.7	-1.8	3.0	3.5	3.9	4.2	4.4	4.5
Inflação (var. méd. an., %)								
África subsariana	11.7	10.4	7.5	7.0	6.3	5.9	5.7	5.5
Moçambique	10.3	3.3	12.7	8.0	5.6	5.6	5.6	5.6
Angola	12.5	13.7	13.3	11.3	10.9	8.3	6.5	6.0
Botswana	12.6	8.1	6.7	6.3	5.6	5.4	5.3	5.2
África do Sul	11.5	7.1	5.6	5.8	5.6	5.2	5.0	4.5
Saldo orçamental (% PIB)								
África subsariana	0.7	-5.6	-4.4	-3.3	-2.0	-1.2	-0.7	-0.4
Moçambique	-2.2	-5.4	-4.9	-7.0	-6.9	-6.1	-5.1	-5.1
Angola	8.9	-8.6	2.7	3.3	3.5	5.0	4.8	3.3
Botswana	-3.1	-11.5	-7.9	-5.0	-0.9	1.6	2.9	4.2
África do Sul	-0.5	-5.2	-5.8	-4.5	-3.1	-1.5	-0.4	0.7
Saldo Bal. Corr. (% PIB)								
África subsariana	-0.2	-1.7	-1.1	-1.9	-1.5	-1.6	-1.3	-1.7
Moçambique	-11.9	-10.5	-13.4	-12.0	-12.0	-12.2	-12.4	-13.1
Angola	7.6	-5.0	1.6	1.3	3.0	0.1	1.0	-1.8
Botswana	3.5	-2.1	-0.5	0.4	2.0	3.1	3.8	4.6
África do Sul	-7.1	-4.0	-4.3	-5.8	-5.9	-5.9	-6.3	-6.5

Fonte: FMI.

Com a retirada de alguns subsídios nos preços, a inflação em Moçambique deverá ter uma evolução mais consentânea com o resto da região, esperando-se que estabilize em 5.6%.

O equilíbrio orçamental do conjunto dos países deteriorou-se significativamente em 2009, esperando-se agora um reequilíbrio gradual ao longo dos próximos anos, beneficiando, em grande parte, da melhoria dos saldos orçamentais dos países exportadores de commodities, cujo preço nos mercados internacionais mostram uma subida gradual. Moçambique também viu o seu saldo orçamental deteriorar-se, devendo apresentar uma correcção deste desequilíbrio mais lenta, o que se relaciona com o plano de investimentos públicos em curso. Em relação ao défice externo, o conjunto das economias da região apresenta uma situação ligeiramente deficitária, reflectindo a inclusão neste grupo de países exportadores líquidos de commodities, como Nigéria, Angola, África do Sul e Botswana. Países de baixos rendimentos, como Moçambique, apresentam um défice externo elevado, reflectindo a necessidade de importação da maioria dos bens de consumo e a importação de bem associada a projectos de investimento. Assim, espera-se que o défice externo de Moçambique permaneça acima de 12% do PIB, no horizonte previsional.

6. POSICIONAMENTO NO RANKING *DOING BUSINESS* MELHORA

Moçambique melhorou o seu posicionamento no ranking *Doing Business* do Banco Mundial em 2011, situando-se em 126º entre 183 economias, o que representa uma subida de 4 posições face ao ano anterior. A principal melhoria observou-se na sub-dimensão "Começar um negócio", que apresentou uma subida de 31 posições para 65º, resultado de uma descida do número médio de dias necessário de 26 para 13 dias. Outras sub-dimensões com uma descida assinalável foram "Registro de propriedade" (9 posições) e "Fechar um negócio" (6 posições), onde Moçambique ocupa agora a 144ª e 129ª posição, respectivamente, no *ranking*.

Apesar da melhoria evidenciada, o posicionamento do país é ainda baixo e deixa transparecer as dificuldades existentes para empreender uma actividade empresarial no país. Este *ranking* elaborado pelo Banco Mundial serve de referência aos investidores estrangeiros sobre a facilidade de se realizar negócios num país e deste modo é um importante factor de atracção de IDE. É por isso necessário que as autoridades continuem a envidar esforços no sentido de diminuir as barreiras burocráticas, legislativas, entre outras, que dificultem a iniciativa privada estrangeira ou nacional.

Outro factor importante para uma livre condução da actividade empresarial é a ausência de corrupção aos diversos níveis de uma sociedade. A organização Transparency International elabora anualmente o Índice de Corrupção Percebida (ICP) que pretende avaliar o nível de corrupção existente numa sociedade. Moçambique ocupa a 116ª posição entre 178 países, uma melhoria de 14 posições em relação a 2009, enquanto que, no contexto regional, assistiu-se a uma melhoria de 7 posições para 20º. Apesar do resultado ser ainda insatisfatório, esta melhoria é positiva face às crescentes acusações de uma crescente politização dos organismos estatais por parte do partido do poder.

7. DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICO-SOCIAIS

7.1 Cortes nos subsídios levam a distúrbios em Maputo

O último semestre de 2010 foi marcado pelo surgimento de tensões relacionadas com o corte de subsídios ao preço do pão e dos combustíveis. O final destes conjuntamente com a depreciação do metical e subida do preço destes produtos nos mercados internacionais traduziu-se num encarecimento do custo de vida que atingiu as camadas da população mais pobres com maior gravidade.

Posição na listagem *Doing Business* do Banco Mundial

	Moçambique		Angola		Namíbia	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Índice geral	130º	126º	164º	163º	68º	69º
Começar um negócio	96º	65º	164º	164º	125º	124º
Obtenção de licenças de construção	159º	155º	119º	128º	37º	36º
Registro de propriedade	153º	144º	173º	174º	137º	136º
Obtenção de crédito	125º	128º	109º	116º	14º	15º
Protecção dos investidores	41º	44º	57º	59º	73º	74º
Pagamento de impostos	98º	101º	135º	142º	97º	99º
Comércio transfronteiriço	136º	133º	167º	166º	151º	153º
Cumprimento de contratos	129º	132º	181º	181º	42º	41º
Fechar o negócio	135º	129º	144º	147º	55º	53º

Fonte: *Doing Business* 2011.

Posição no *Corruption Perception Index*

	2010			2009		
	Mundo	África subsariana	Índice	Mundo	África subsariana	Índice
Botswana	33º	1º	5.8	37º	1º	5.6
Namíbia	56º	6º	4.4	56º	6º	4.5
Moçambique	116º	20º	2.7	130º	27º	2.5
Angola	168º	42º	1.9	162º	38º	1.9

Fonte: *Transparency International*.

Na sequência de alguns incidentes e do aumento da tensão social, as autoridades decidiram reintroduzir os subsídios ao preço do pão. O subsídio será concedido directamente aos produtores que fizerem parte da Associação de Panificadores de Moçambique, consistindo num subsídio de 200 meticais por 50 kg de pão produzido. Para compensar este aumento da despesa, as autoridades introduziram cortes nas ajudas de custos aos membros de conselhos de administração de empresas públicas e nos cargos mais elevados da função pública, muito embora, o efeito desta contenção na despesa não tivesse sido contabilizado.

Apesar da reintrodução dos subsídios permitir aliviar os problemas resultantes do agravamento do custo de vida no curto prazo, é necessário tornar os mesmos mais eficazes. **De acordo com o Banco Mundial, os diferentes subsídios concedidos a produtos como os combustíveis, o pão ou a electricidade apresentam uma distribuição regressiva beneficiando de forma mais significativa a população com rendimentos superiores.** Tal resulta dos subsídios serem preferencialmente concedidos aos produtores, que reflectem o subsídio no preço final do produto. Contudo, o preço final do produto não é suficientemente baixo para que a população de menores rendimentos tenha poder de compra suficiente para os adquirir, o que conduz a um maior benefício da população de rendimentos superiores.

Assim, é necessário que os subsídios sejam distribuídos, de forma a que seja possível efectuar uma discriminação positiva na sua partição. Mais ainda, uma diminuição dos elevados níveis de pobreza de forma significativa é necessária para que o acesso da população à satisfação das suas necessidades básicas aumente. O actual modelo de crescimento tem assentado no desenvolvimento de infra-estruturas básicas e na captação dos designados mega projectos. Embora este modelo tenha produzido ritmos de crescimento robustos, **é necessário que se assista a um modelo de crescimento mais inclusivo, o que deve passar pelo desenvolvimento de sectores intensivos no factor trabalho, particularmente a agricultura.**

7.2 Projectos de investimento na indústria extractiva mantém ritmo de desenvolvimento

Os designados megaprojectos relacionados com a indústria extractiva, particularmente extracção de carvão, mantêm um ritmo de desenvolvimento acelerado, esperando-se que durante os próximos 2 anos entrem em fase de exploração 5 minas de carvão. Em Maio de 2010, foi atribuída uma nova licença de exploração à empresa australiana Beacon Hill Resources, na zona de Moatize, que já declarou ter encontrado reservas adicionais. Esta empresa possui a única exploração de carvão activa de momento, a qual produz cerca de 100,000 toneladas/ano, esperando-se um aumento da capacidade produtiva de 20%, em 2011. Esta empresa também possui planos para o desenvolvimento de uma mina a céu aberto para a exploração de carvão com uma capacidade produtiva de 2 milhões de toneladas/ano.

Actualmente, as exportações de carvão são escoadas por meio fluvial e pela renovada linha ferroviária do Sena, sendo expectável que as novas explorações venham a utilizar esta mesma linha, muito embora ainda não tenham sido obtidos acordos nesse sentido. Adicionalmente, a empresa Vale planeia construir a sua própria linha-férrea para transporte do carvão, mas cuja conclusão se prevê em 2015. Esta linha também estará disponível para utilização por outras companhias, obtendo-se assim sinergias de custos.

Outros projectos relacionados com a extracção de carvão que apresentaram desenvolvimentos foram: a japonesa Nippon Steel, cujas prospecções apontam para reservas potenciais de 2.1 mil milhões de toneladas de carvão na sua área de exploração em Tete; o projecto das empresas Riversdale (Austrália) e Tata Steel (Índia) deverá entrar em produção no final de 2011, com uma produção de 20 milhões de toneladas/ano.

Os projectos em desenvolvimento relacionados com a exploração de carvão irão tornar Moçambique um dos maiores produtores mundiais deste produto, o que deverá conduzir a um aumento das exportações. O aumento da procura por esta *commodity* prevê-se robusto dado o crescimento apresentado pelas economias emergentes, países que ainda fazem uso frequente do carvão como fonte energética. O aumento das exportações deverá levar a uma redução do défice da balança de bens, ainda que esta redução seja condicionada pelo aumento das necessidades de bens de capital no curto/médio prazo para implementação dos projectos e pelas elevadas necessidades de importação de bens de consumo existentes devido ao tecido industrial e produção agrícola incipientes.

7.3 Mercado de trabalho apresenta escassez de mão-de-obra qualificada

A Comissão Consultiva do Trabalho (CCT), um órgão que inclui representantes de empregados, patrões e governo, aponta a escassez de mão-de-obra qualificada como um dos maiores desafios que se colocam ao desenvolvimento da economia moçambicana, uma vez que

pode originar perdas de competitividade face ao exterior. A actual legislação é pouco flexível e demasiado restritiva no que à contratação de estrangeiros diz respeito, o que dificulta a angariação de mão-de-obra qualificada, dada a fraca qualificação da mão-de-obra nacional. Actualmente as empresas têm um tecto máximo de 5% e 10% de trabalhadores estrangeiros, caso se trate de uma empresa com mais de 100 trabalhadores ou menos de 100, respectivamente. Para além disso, o processo burocrático é lento, sendo necessária autorização do ministro do Trabalho. Estas restrições têm feito com que o custo da mão-de-obra qualificada tenha aumentado, comparando negativamente com os países da região, sendo por isso desejável que se introduza uma maior flexibilidade, uma vez que o aumento da qualificação da mão-de-obra nacional é um processo cujos resultados se obtêm somente no longo prazo.

7.4 Terceira licença de comunicações móveis atribuída a consórcio vietnamita-moçambicano

No sector das telecomunicações, foi atribuída a terceira licença de telecomunicações móveis a um operador de origem vietnamita (Viettel), que tem como parceiro moçambicano a Sociedade Gestora de Investimentos (SGI). A oferta da Viettel ascendeu a USD 29 milhões e, apesar de não ser a licitação mais elevada, o Instituto Nacional de Telecomunicações de Moçambique (INCM) atribuiu-lhe a licença devido a apresentar melhores condições técnicas e um plano de investimento avultado de USD 400 milhões durante os próximos 5 anos.

O mercado de telecomunicações móvel possuía até agora 2 operadores, a Vodacom e a Mcel, esperando-se que a introdução de um novo operador possa aumentar a concorrência no sector, levando a queda dos preços junto dos consumidores. Esta maior concorrência também é passível de fazer com que a taxa de penetração continue a aumentar. Actualmente, existem cerca de 6.8 milhões de subscritores, o que corresponde a uma taxa de penetração de 30%. Apesar de um forte aumento ao longo dos anos mais recentes (era de 3.5% em 2004), ainda existe um elevado potencial de crescimento da taxa de penetração, o que torna o negócio atractivo.

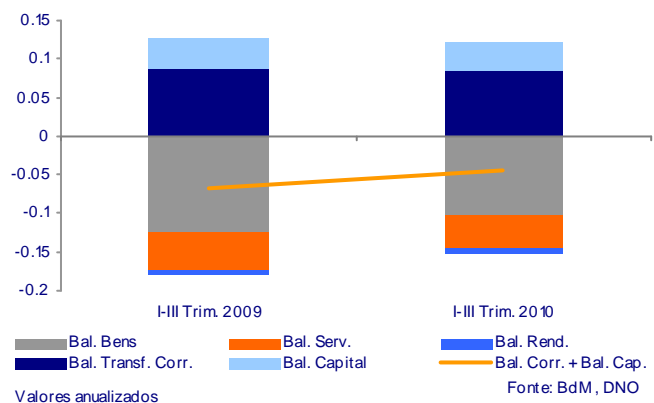
7.5 Relações com o Malawi reforçadas

As autoridades moçambicanas chegaram a acordo com as autoridades malawianas para que o Malawi possa usar o rio Zambeze como forma de escoar as suas mercadorias. Apesar da relutância inicial devido aos impactos ambientais que o aumento do tráfego fluvial poderá ter, o acordo foi alcançado. A utilização desta via terá um impacto positivo na diminuição dos custos de transporte de mercadorias para o Malawi de USD 175 milhões e reforçará as relações bilaterais entre os dois países. Apesar da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento para o Sul de África) preconizar a criação de uma zona de comércio livre entre os seus participantes, entre os quais Moçambique e Angola, ainda permanecem obstáculos de natureza burocrática, que impedem uma maior integração da região. O fraco desenvolvimento das infra-estruturas de transporte na região é outro importante factor inibidor do aumento das trocas comerciais entre países, pois encarece o transporte de mercadorias.

8. CONTAS EXTERNAS

As necessidades líquidas de financiamento externo de Moçambique, medidas pelo saldo conjunto da balança corrente e de capital, diminuíram nos primeiros 9 meses de 2010, quando comparadas com o período homólogo. Em termos anualizados, o défice conjunto das duas balanças reduziu-se de 6.9% para 4.4% do PIB. A melhoria do saldo da balança de bens, em 2.4pp, foi a principal razão para este declínio. Apesar das necessidades líquidas serem relativamente reduzidas, tal deve-se, às transferências correntes e de capital, balanças nas quais se incluem os donativos. Uma vez que se espera uma redução gradual dos donativos concedidos, no médio prazo deverá assistir-se a uma pressão sobre as necessidades líquidas de financiamento externo. Para isso, será crucial que se assista a um declínio estrutural do desequilíbrio da balança de bens, que deverá ocorrer, quer, pelo aumento das exportações, quer, por uma diminuição das necessidades de importação.

Necessidades líquidas fin. Externo (% PIB)



8.1 Balança de bens

Como referido, o défice da balança de bens é aquele que mais pesa sobre o défice externo do país. Em termos anualizados, o défice da balança de bens era de 10.2% do PIB, nos primeiros 3 trimestres de 2010, um redução face a 12.6%, no período homólogo. Esta melhoria do saldo da balança deveu-se ao efeito conjunto do aumento das exportações (6.3%, em termos homólogos) e diminuição das importações (-4.2%, em termos homólogos).

Analisando com maior detalhe, **o crescimento das exportações teve como suporte a componente relacionada com os grandes projectos**. No período de análise, esta componente cresceu 33%, o que se traduziu num aumento do seu peso nas exportações totais em 15pp, para 75%. Por sua vez, a componente de exportações não relacionadas com os grandes projectos sofreu um declínio de 34%, durante os 9 meses iniciais de 2010, o que levou a que o seu peso no total das exportações descesse para 25%. A análise da evolução por produto reflecte a evolução desta duas grandes categorias. Assim, **as exportações de alumínio aumentaram 38%**, beneficiando do aumento do preço nos mercados internacionais e do maior volume de produção da Mozal, o que elevou o seu peso no total das exportações para 52%. Outros produtos relevantes e, também, relacionados com os grandes projectos são **o gás e a energia eléctrica**, em que se observou um crescimento de 12% e 11%, respectivamente. **O tabaco, cujo peso é de cerca de 6% no tal das exportações, viu as suas exportações caírem 25%**, uma evolução semelhante a alguns dos produtos tradicionais de exportação e que conduziu à queda da componente de exportações não relacionadas com os grandes projectos. Nos próximos anos, produtos relacionados com a indústria extractiva, principalmente o carvão, deverão assumir um peso crescente nas exportações, bem como, a exportação de energia eléctrica, dados os planos de expansão da produção e o aumento esperado das necessidades energéticas dos países vizinhos.

Relativamente à queda das importações, tal verificou-se devido a uma descida das importações relacionadas com grandes projectos (-2.9%) e importações excluindo estas últimas (-4.5%).

O peso de cada uma destas componentes manteve inalterado em 21% e 79%, respectivamente. A análise da evolução por produto mostra-nos alguma heterogeneidade entre eles. Pela positiva, destaca-se o aumento das importações de combustíveis (80%) e de energia eléctrica (18%), o primeiro impulsionado pelo aumento dos preços nos mercados internacionais. O peso nos combustíveis aumentou 7pp, para 16%, enquanto que o peso da energia eléctrica aumentou de 3.5% para 4.3%. Os produtos que evidenciaram uma tendência negativa mais acentuada foram cereais (-47%), bens de capital (-21%) e automóveis (-14%). A diminuição das importações de cereais deverá estar relacionada com o aumento da produção agrícola interna, que este ano apresentou um forte crescimento, enquanto que a diminuição da importação de bens de capital pode indiciar uma desaceleração do investimento não relacionado com os grandes projectos. A diminuição das importações relacionadas com grandes projectos justifica-se pela fase final de conclusão de importantes projectos de investimento, o que fez com que as necessidades de importações diminuíssem.

Os termos de troca sofreram uma depreciação assinalável entre 2008 e 2009, o que se deveu à queda dos preços nos mercados internacionais, principalmente do alumínio, a principal mercadoria

Exportações de bens

	I-III Trim. 2009		I-III Trim. 2010		Var. Hom.
	USD M	% total	USD M	% total	
Total	1,535	100%	1,632	100%	6%
Tabaco	132	9%	98	6%	-25%
Energia Eléctrica	198	13%	219	13%	11%
Gás	87	6%	98	6%	12%
Alumínio	610	40%	841	52%	38%
Total excl. Grandes Projectos	610	40%	406	25%	-34%
Grandes Projectos	924	60%	1,226	75%	33%

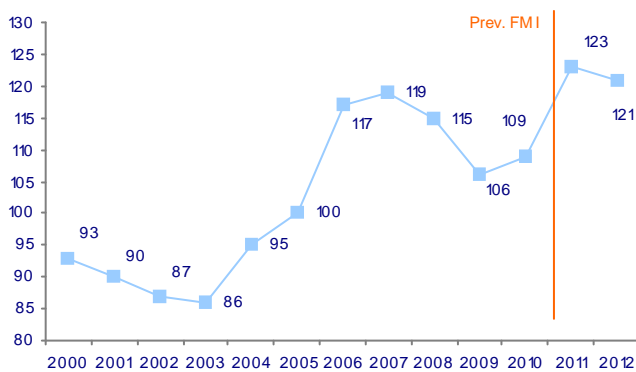
Fonte: BdM.

Importação de bens

	I-III Trim. 2009		I-III Trim. 2010		Var. Hom.
	USD M	% total	USD M	% total	
Total	2,481	100%	2,378	100%	-4%
Bens de consumo	443	18%	326	14%	-26%
Cereais	180	7%	96	4%	-47%
Automóveis	234	9%	201	8%	-14%
Matérias-primas e bens interm.	300	12%	484	20%	61%
Combustíveis	212	9%	381	16%	80%
Energia Eléctrica	87	3.5%	103	4.3%	18%
Bens de capital	403	16%	318	13%	-21%
Total excl. Grandes Projectos	1,964	79%	1,876	79%	-4.5%
Grandes Projectos	518	21%	502	21%	-2.9%

Fonte: BdM.

Termos de troca - Índice (2005=100)



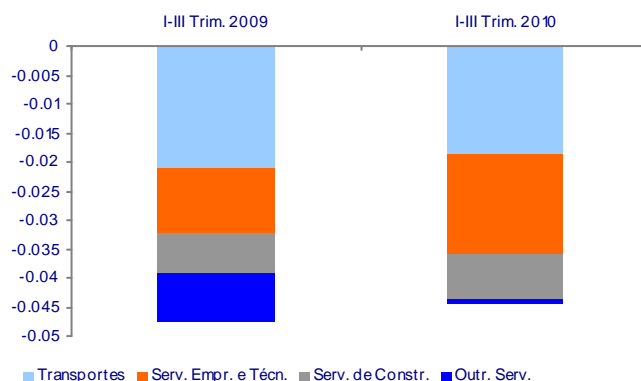
Fonte: FMI, Country rep Dezembro 2010

de exportação moçambicana. Em 2010, os termos de troca recuperaram ligeiramente, beneficiando da recuperação do preço das *commodities* nos mercados internacionais, efeito este atenuado pela depreciação do metical face às principais moedas. Esta melhoria dos termos de troca também produziu um efeito positivo sobre o saldo da balança de bens. Em 2011, esta tendência deverá acentuar-se, uma vez que se espera uma evolução mais estável do metical, embora a tendência de depreciação se deva manter, e que o preço das *commodities* continue a aumentar nos mercados internacionais. Neste particular, o preço do alumínio nos mercados internacionais terminou 2010 cerca de 20% abaixo do máximo atingido em meados de 2008, existindo por isso margem para valorização.

8.2 Balança de serviços

A balança de serviços viu o seu défice, em termos anualizados, diminuir 0.3pp, nos primeiros 3 trimestres de 2010 face a igual período do ano anterior, para 4.4% do PIB. Esta melhoria reflecte uma diminuição de 0.7pp na componente de transportes e de 0.6pp em serviços variados. Em sentido inverso, evoluíram as componentes de serviços empresariais e técnicos e serviços de construção, cujo saldo negativo aumentou 0.6pp e 0.1pp, respectivamente. O forte investimento directo estrangeiro existente na economia moçambicana tende a estimular as trocas de serviços com países estrangeiros pelo que será de esperar que este défice se mantenha nos próximos anos.

Balança de serviços (% PIB)

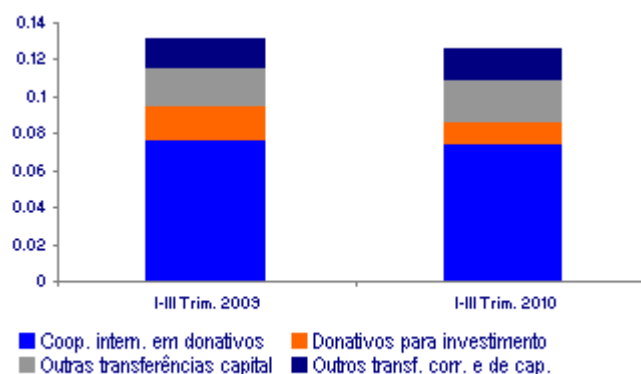


Fonte: BdM, DNO

8.3 Balança de transferências correntes e de capital

A balança de transferências correntes e a balança de capital são as principais responsáveis para que as necessidades líquidas de financiamento face ao exterior sejam baixas relativamente ao estágio de desenvolvimento do país. O saldo da balança de transferências correntes foi de 8.6% do PIB, em termos anualizados, entre Janeiro e Setembro de 2010, 0.2pp abaixo do excedente verificado no período homólogo. **Os donativos à Administração Pública são a principal componente deste excedente, com um peso de 7.4% do PIB, o que compara com 7.6%, no período transacto.** Excluindo a Administração Pública, o saldo da balança foi de 1.2% do PIB. Em relação à balança de capitais, assistiu-se a um excedente de 3.5% do PIB, nos primeiros 9 meses de 2010, uma queda de 0.4pp relação ao período homólogo. Esta queda deveu-se a uma diminuição de 0.6pp dos donativos para investimento, que durante o período se situaram em 1.3% do PIB, enquanto que as transferências de capital privadas observaram um acréscimo de 0.3pp, para 2.3% do PIB.

Balança transf. corr. e de capital (% PIB)

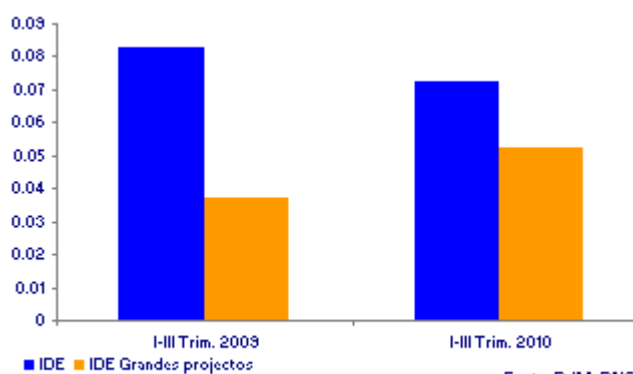


Fonte: BdM, DNO

8.4 Investimento directo estrangeiro

O país tem sido capaz de atrair importantes volumes de investimento directo estrangeiro nos últimos anos, em projectos essencialmente relacionados com a indústria extractiva. Este sector caracteriza-se por uma utilização intensiva do factor capital e, assim, o impacto positivo no PIB não se reflecte num aumento significativo do emprego. O acesso ao emprego como fonte de rendimento é uma das formas mais rápidas de reduzir os níveis de pobreza, pelo que **o aumento do investimento em sectores como a agricultura e a indústria transformadora revestem capital importância no desenvolvimento do país.**

Investimento directo estrangeiro (% PIB)



Fonte: BdM, DNO

Em termos anualizados, o investimento directo estrangeiro em Moçambique foi de 7.3% do PIB, um decréscimo de 0.9pp face ao período homólogo mas ainda em níveis considerados elevados. O investimento directo estrangeiro relacionado com os grandes projectos aumentou 1.6pp, para 5.3% do PIB, nos primeiros 9 meses de 2010, o que significa que o investimento em outros sectores passou de 4.5% para 2% do PIB. Nos próximos anos, é esperado que o investimento na indústria extractiva se mantenha elevado, o que se deverá reflectir nos fluxos de investimento directo estrangeiro.

9. CONTAS PÚBLICAS

9.1 Execução orçamental

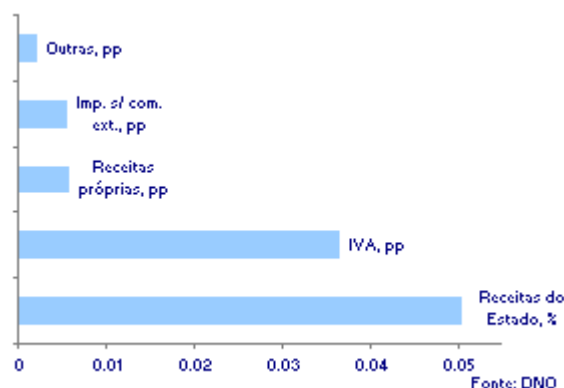
9.1.1 Evolução das receitas do Estado

Face ao elevado dinamismo da actividade económica, as receitas do Estado para 2010 foram revistas em alta para MT 59.940 milhões, um acréscimo de 5% face ao orçamentado. Este desvio deve-se à expectativa de aumento das receitas fiscais, nomeadamente das receitas de impostos sobre bens e serviços, uma vez que as estimativas dos impostos sobre o rendimento mantêm-se praticamente inalteradas face ao Orçamento de Estado de 2010 (OE10). Tal reflecte o elevado nível de informalidade da economia, o que faz com que os impostos que tributam o consumo apresentem uma maior correlação com a evolução da actividade económica. Entre os impostos sobre bens e serviços destaca-se o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) que apresenta um contributo de 72% para este desvio na receita. Ainda dentro das receitas sobre bens e serviços, o imposto sobre o comércio externo apresenta um contributo de 11% para o desvio positivo das receitas. Assim como o IVA, este imposto beneficia de um maior dinamismo da procura interna, uma vez que esta conduz a um acréscimo das importações. Ainda de referir, o contributo positivo das receitas próprias de 12%.

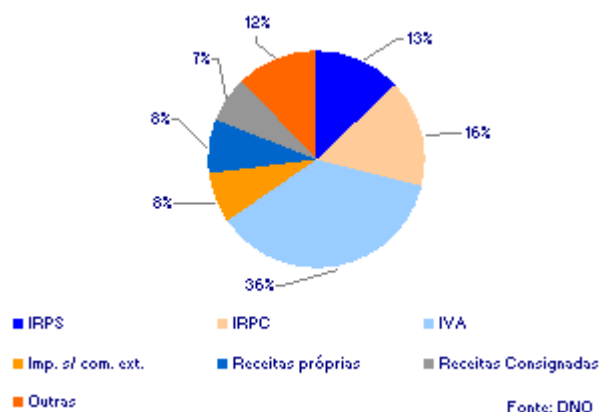
No que se refere a estrutura, o IVA é a principal fonte de receita, representando cerca de 36% das receitas do Estado previstas para 2010. Segue-se o imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas e singulares, que representam, 16% e 13%, respectivamente, das receitas do Estado. Outras rubricas importantes são os impostos sobre o comércio externo (8%), receitas próprias (8%) e receitas consignadas (7%). Relativamente a 2009, esperase um crescimento das receitas do Estado de 30%. O IVA, impulsionado pela procura interna deverá aumentar 36%. Da mesma forma, o imposto sobre o comércio externo deverá aumentar 30% face a 2009. Os impostos sobre o rendimento deverão ter um aumento de 41% explicado por um aumento do imposto sobre pessoas singulares de 28% e do imposto sobre pessoas colectivas de 54%. As receitas não fiscais, incluindo as próprias, deverão aumentar 88%, o que resulta de um processo em curso de inscrição e reclassificação de receitas no Orçamento de Estado de diversos organismos ao nível central e provincial.

No que se refere à execução das receitas do Estado no primeiro semestre de 2010, a taxa de execução atingiu 48.7%, o que compara com

Desvio das receitas do Estado face ao orçamentado



Estrutura das receitas do Estado



Execução da receita

	ISem09	ISem10
Receitas do Estado	45.6%	48.7%
Receitas Correntes	46.5%	49.0%
Receitas Fiscais	47.2%	52.8%
Impostos sobre rendimentos	53.4%	48.9%
IRPS	50.3%	48.4%
IRPC	56.5%	49.4%
Receitas sobre bens e serviços	44.6%	50.5%
Imposto s/ Valor Acrescentado (IVA)	45.2%	52.1%
Imposto s/ Comércio Externo	50.7%	52.2%
Receitas Não Fiscais (incl. Receitas próprias)	52.5%	34.9%
Receitas Consignadas	35.8%	21.4%
Receitas de Capital	55.5%	49.3%

Fonte: DNO.

45.6% no período homólogo. Este aumento é resultado da aceleração da actividade económica e dos esforços das autoridades para aumentar a eficiência tributária. Assim, as receitas fiscais apresentaram um grau de execução de 52.8%, face a 47.2% no período homólogo. Dentro destas, destaca-se a melhoria da execução das receitas sobre bens e serviços (50.5%, no primeiro semestre de 2010, face a 44.6%, no primeiro semestre de 2009), o que se deve à execução do IVA (52.1%) e do imposto sobre comércio externo (52.2%).

Por outro lado, as receitas não fiscais, incluindo as receitas próprias, e as receitas consignadas tiveram um grau de execução de 34.9% e 21.4%, respectivamente, devido a atrasos no processo de inscrição de reclassificação de receitas no orçamento de Estado e à retenção de receitas por parte de entidades públicas.

9.1.2 Evolução da despesa

A estimativa da despesa total em 2010 foi reduzida em 2.6% face ao orçamentado para MT 115479.7 milhões. Este decréscimo da despesa estimada deve-se: a uma diminuição das outras despesas com pessoal (-9% face ao orçamentado) e das despesas com bens e serviços (-14.1% face ao orçamentado), o que é resultado do esforço das autoridades em diminuir estas despesas face aos encargos adicionais previsto com os subsídios; a componente interna da despesa com investimento também sofreu um decréscimo face ao orçamentado, de 18.7%, o que decorreu do baixo grau de execução até meados do ano.

Os principais ajustes positivos efectuados ocorreram na rubrica de salários e remunerações (+6%), encargos da dívida (+25.7%) e subsídio (26.4%). A correcção à primeira destas componentes deve-se à implementação da política salarial e rectificações efectuadas à folha salarial de forma a eliminar a sub-orçamentação recorrente desta rubrica. O aumento previsto dos encargos com a dívida deve-se ao efeito do aumento dos juros na dívida interna e aos efeitos da desvalorização do metical na dívida externa. Por último, o aumento das despesas com subsídios reflecte o aumento do gasto com o subsídio aos combustíveis no primeiro semestre e a manutenção do subsídio ao pão e aos transportes públicos no segundo semestre.

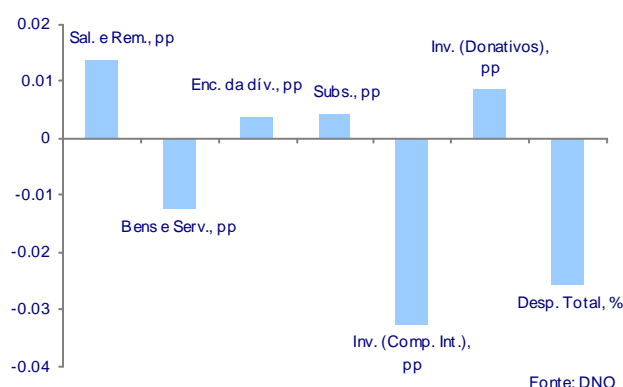
A estrutura das despesas distribui-se entre despesas correntes (50.1%) e despesas de investimento (45.3%), maioritariamente.

Entre as despesas correntes, destaca-se as despesas com pessoal que correspondem a 26.8% do total das despesas, seguindo-se as transferências correntes (9.1% do total), que possuem um importante papel na redução das situações de pobreza extrema. Seguem-se as despesas com bens e serviços (7.7% do total), rubrica na qual as autoridades pretendem reduzir custos através de ganhos de eficiência na administração pública. Apesar do aumento do gasto com subsídios e os encargos da dívida, estas apenas representam 2% e 1.9% do total das despesas, respectivamente.

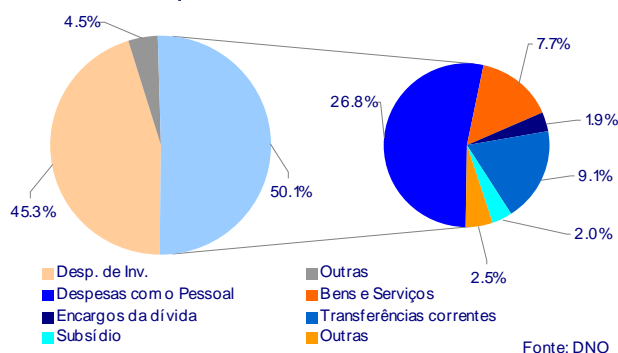
No que concerne às despesas de investimento, estas dividem-se entre as que se efectuam através de financiamento interno (14.6% do total das despesas) e as que se efectuam com recurso a financiamento externo (30.7% do total das despesas). Cerca de 2/3 das despesas de financiamento externo são efectuadas com recurso a donativos, sendo o restante com recurso a crédito.

A execução da despesa no primeiro semestre situou-se em 37.4%, 1pp acima do verificado no período homólogo, muito embora as rubricas de despesas correntes e despesas de investimento tenham registado um decréscimo no grau de execução de 1.4pp, para 48.6% e 24.8%, respectivamente. Este aumento na taxa de execução da despesa deveu-se, assim, a uma execução das operações financeiras de 47.5% face a 22.3%, no período homólogo.

Desvio das despesas face ao orçamentado



Estrutura das despesas



Entre as despesas correntes, verificaram-se recuos no grau de execução das despesas com pessoal, despesas com bens e serviços e transferências correntes de 2.6pp, 4.2pp e 1.8pp, respectivamente. A diminuição da execução das despesas com pessoal para 47.2% deve-se às correcções efectuadas ao montante inicialmente orçamentado, uma vez que em termos absolutos assistiu-se a um crescimento desta rubrica. Quanto às despesas de bens e serviços, a taxa de execução ficou-se pelos 43.7%, devido à cativação de verbas, uma medida implementada para obrigar os serviços ministeriais a fazerem um uso mais eficiente dos seus recursos, enquanto que as transferências correntes tiveram uma taxa de execução de 47.6%.

Execução da despesa

	ISem09	ISem10
Despesas Correntes	50.0%	48.6%
Despesas com o Pessoal	50.8%	47.2%
Bens e Serviços	47.9%	43.7%
Encargos da dívida	46.4%	79.7%
Subsídios	64.4%	77.4%
Transferências correntes	49.4%	47.6%
Despesas de investimento	26.2%	24.8%
Componente interna	39.0%	27.9%
Componente externa	21.1%	23.4%
Operações financeiras	22.3%	47.5%
Despesa total	36.4%	37.4%

Fonte: DNO.

As despesas de investimento tiveram uma taxa de execução de 24.8%, reflexo de uma execução de 27.9% da componente interna de investimento e de 23.4% da componente externa. As despesas de investimento com recurso a financiamento interno devem o seu baixo grau de execução à aprovação tardia do Orçamento de Estado de 2010 enquanto que a componente externa à disponibilização tardia das verbas acordadas pelos doadores.

O aumento do grau de execução das operações financeiras deve-se sobretudo à amortização de empréstimos externos e de empréstimos internos bancários.

9.2 Orçamento de Estado 2011

9.2.1 Enquadramento macroeconómico

As perspectivas de crescimento da economia moçambicana continuam a exceder as expectativas. As previsões de crescimento do governo inscritas no Orçamento de Estado de 2011 (OE11) foram revistas em alta pelo FMI no relatório da primeira avaliação do Acordo ao abrigo do Instrumento de Política Económica, realizado cerca de um mês após o OE11. Assim, em 2010, de acordo com o FMI, a economia deverá expandir-se 7.2%, face a 6.4%, em 2009. No próximo ano e até 2015, o crescimento deverá acelerar até próximo de 8%, o que resulta da expectativa de manutenção de um elevado nível de investimento e aumento das exportações. Em termos de evolução dos preços, tanto o governo como o FMI esperam uma desaceleração da inflação para 8%, seguindo-se uma estabilização até 2015, em 5.6%. Este nível de inflação é consentâneo com o nível de desenvolvimento do país e com o ritmo de crescimento esperado, que provocam uma constante pressão do lado da procura, o que impede uma descida da inflação para níveis mais baixos. A taxa de câmbio deverá continuar a evidenciar uma depreciação, uma vez que o país deverá continuar a registar défices externos.

Estimativas principais indicadores económicos

	2010		2011		2012		2013		2014		2015
	OE11	FMI	OE11	FMI	OE11	FMI	OE11	FMI	FMI	FMI	
PIB nominal (milhões de USD)	9,759	9,761	10,218	10,483	-	12,100	-	13,557	14,976	16,260	
PIB nominal (milhões de MT)	324,000	326,000	375,000	378,000	-	430,000	-	490,000	558,000	635,000	
Taxa de crescimento real (%)	6.7	7.2	7.2	7.5	7.4	7.8	7.7	7.9	7.8	7.8	
Inflação Média Anual (%)	12.7	12.7	8	8	-	5.6	-	5.6	5.6	5.6	
Taxa de câmbio MTZUSD (média)	-	33.3	-	36.8	-	36.9	-	37	38.7	40.6	

Fonte: DNO, FMI.

O crescimento económico esperado terá como principais contributos o sector agrícola, extractivo, electricidade e água, construção e transportes e comunicações. Estes sectores apresentaram taxas de crescimento médio, no período 2011-2013, que oscilam entre 9.5%, no caso dos transportes e comunicações, e 11.3%, no caso da construção. Este forte crescimento reflecte as principais tendências da economia moçambicana:

- A indústria extractiva tem sido alvo de um forte influxo de investimento directo estrangeiro e dentro dos próximos dois anos vários projectos entrarão em funcionamento, esperando-se um aumento significativo da produção;

- No sector eléctrico também se esperam importantes investimentos em infra-estruturas, tais como, o aumento de capacidade produtiva de Cahora Bassa, a construção de uma nova barragem no Zambeze e a melhoria da electrificação do país, o que suportará o crescimento do sector;

- O potencial agrícola do país é elevado, sendo ainda praticada uma agricultura de subsistência na maior parte dos casos. Existem, por isso, importantes ganhos de produtividade a serem conquistados. De referir que o país é importador líquido de alimentos pelo que o aumento da produção significaria uma diminuição do défice face ao exterior, sendo que o desenvolvimento do sector agrícola é reconhecido, ainda, com um importante factor na redução da pobreza extrema;

- Construção e transportes e comunicações também apresentaram um forte dinamismo, o que está associado à forte dinâmica da procura interna;

- De realçar, ainda, o crescimento dos sectores relacionados com a despesa do Estado. As autoridades necessitam de prover a população de serviços básicos (escolas, hospitais, fornecimento de água, etc.) e de melhorar e aumentar a cobertura dos serviços públicos, sendo, assim, expectável que se mantenha um crescimento real significativo destas componentes nos próximos anos.

9.2.2 Equilíbrio orçamental

O défice orçamental deverá reduzir-se em 2011, para 15.8% do PIB, 1.3pp abaixo da estimativa de 2010. Esta estimativa difere da do FMI, que prevê um défice de 14.1%, em 2010, seguindo-se um agravamento para 16.4%, em 2011. Até 2015, o FMI prevê uma redução gradual até 13.4% do PIB. Este declínio, preconizado pelo Governo, reflecte um aumento das receitas do Estado em cerca de 1pp, para 19.5% do PIB, e um declínio da despesa de 0.3pp, para 35.3% do PIB. O crescimento da actividade económica deverá repercutir-se nas receitas enquanto que a diminuição do peso das despesas no PIB se explica maioritariamente pelo declínio das operações financeiras activas, nomeadamente os empréstimos concedidos a empresas públicas.

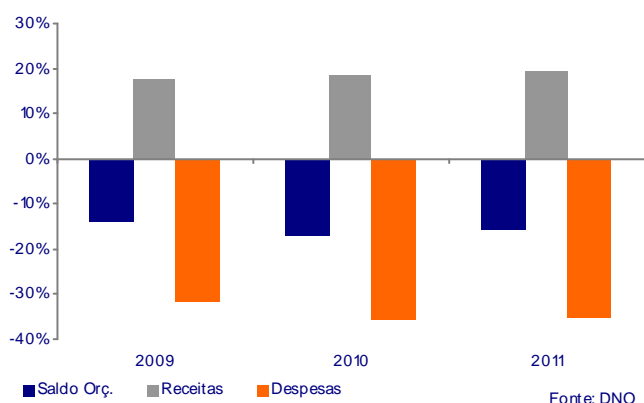
Principais receitas e despesas

	2009 CGE	2010 Previsão	2011 Proposta	(Milhões de MT e % do PIB)		
				2009 CGE	2010 Previsão	2011 Proposta
Total de recursos	84,876	115,480	132,403	31.6%	35.6%	35.3%
Recursos Internos	45,294	62,244	74,338	16.8%	19.2%	19.5%
Receitas do Estado	47,565	59,940	73,275	17.7%	18.5%	19.8%
Receitas Correntes	45,850	59,001	71,962	17.0%	18.2%	19.2%
Receitas Fiscais	39,394	49,819	60,796	14.6%	15.4%	16.2%
Imp. s/ rend.	13,727	17,475	23,365	5.1%	5.4%	6.2%
Rec. s/ Bens e Serviços	23,880	30,084	34,416	8.9%	9.3%	9.2%
Receitas Não Fiscais	2,811	4,923	6,314	1.0%	1.5%	1.7%
Receitas Consignadas	3,645	4,259	4,852	1.4%	1.3%	1.3%
Recursos Externos	39,583	53,236	58,065	14.7%	16.4%	15.5%
Donativos	25,771	34,661	35,769	9.6%	10.7%	9.5%
Créditos	13,812	18,575	22,296	5.1%	5.7%	5.9%
Total de Despesas	84,876	115,480	132,403	31.6%	35.6%	35.3%
Despesas Correntes	43,793	58,445	68,785	16.3%	18.0%	18.3%
Despesas com o Pessoal	22,544	30,938	36,250	8.4%	9.5%	9.7%
Bens e Serviços	9,081	8,936	9,764	3.4%	2.8%	2.6%
Transferências Correntes	7,913	10,551	11,504	2.9%	3.3%	3.1%
Despesas de Investimento	35,336	52,323	60,044	13.1%	16.1%	16.0%
Componente Interna	13,432	16,905	18,840	5.0%	5.2%	5.0%
Componente Externa	21,905	35,419	41,204	8.1%	10.9%	11.0%
Operações Financeiras	5,747	4,711	3,574	2.1%	1.5%	1.0%

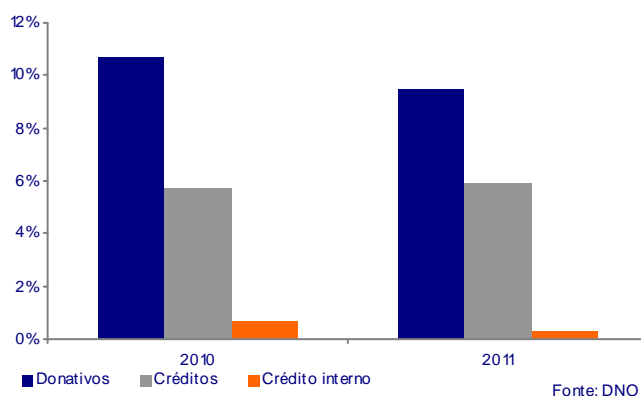
Fonte: BdM.

O financiamento deste desequilíbrio continuará a ser efectuado maioritariamente através de donativos concedidos (aproximadamente 2/3 financiamento). Em 2011, o valor dos donativos deverá ser de 9.5% do PIB (versus 10.7% do PIB, em 2010), sendo que se encontram divididos entre donativos ao orçamento (3.1pp), donativos para projectos de investimento (4.1pp) e donativos para programas especiais (2.3pp). Esta distribuição evidencia que os doadores apenas entregam directamente menos de 1/3 dos donativos ao governo, associando as restantes verbas a programas específicos, aumentando desta forma a transparência na afectação de fundos. Segundo as estimativas do FMI, os donativos deverão decrescer gradualmente até 2015, para 8.3% do PIB. O declínio dos donativos é expectável e desejável, uma vez que à medida que Moçambique se desenvolve, a necessidade de ajuda externa torna-se menor e o crescimento do PIB também faz com que o peso relativo dos donativos decaia.

Saldo orçamental (em % do PIB)



Financiamento do défice (em % PIB)



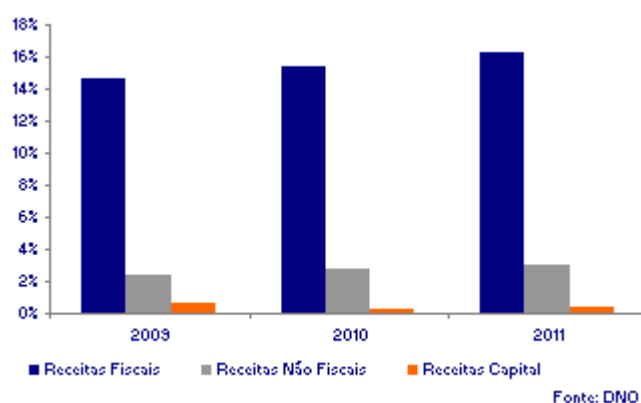
A segunda principal forma de financiamento é o crédito externo que deverá atingir 6% do PIB, em 2011. Deste financiamento cerca de 1.4pp serão afectos directamente ao Orçamento, sendo o restante para projectos de investimento, o que constitui uma garantia para os credores tal como para os doadores. O crédito interno será apenas residual (0.3% do PIB).

9.2.3 Receitas do Estado

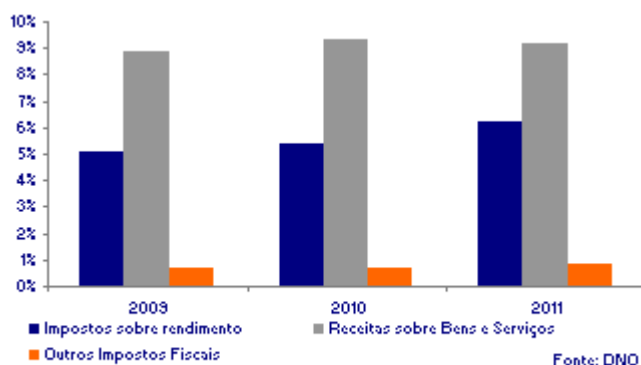
As receitas do Estado deverão atingir 18.5% do PIB, em 2011, 1pp acima do verificado no ano anterior, o que se traduz num aumento homólogo de 22%. Este valor representa um rácio de cobertura das despesas de 55%, acima de 52%, valor previsto para 2011. Dado o esperado declínio gradual dos donativos, é importante que se assista a uma subida deste rácio, para que o desequilíbrio das contas públicas não assuma uma trajetória insustentável. De acordo com as estimativas do FMI, as receitas deverão continuar a subir gradualmente, atingindo 20.5% do PIB, em 2015. Factores importantes para o aumento das receitas serão a melhoria no funcionamento dos serviços fiscais do Estado e uma diminuição do grau de informalidade da economia.

As receitas do Estado são compostas maioritariamente por receitas fiscais (mais de 4/5 do total) e espera-se que se situem em 16.2% do PIB, em 2011, face a 15.4%, em 2010. Como referido, as receitas fiscais beneficiarão da evolução da actividade económica para manter esta tendência ascendente. As receitas do Estado são também constituídas por receitas não fiscais ou próprias e receitas de capital. As primeiras, referem-se a transferências de organismos públicos. O processo em curso de inscrição no Orçamento de Estado de verbas que até agora permaneciam fora dele e a maior pressão para que os institutos públicos e administrações locais transfiram verbas para a administração central deverão conduzir estas receita para 3% do PIB, em 2011, 0.2pp acima de 2010. As receitas de capital possuem um peso reduzido (0.4% do PIB, em 2011), não se perspectivando alterações significativas nos próximos anos.

Composição das receitas do Estado (em % do PIB)



Composição das receitas fiscais (em % do PIB)



Dentro das receitas fiscais, as principais componentes continuarão a ser os impostos sobre bens e serviços e os impostos sobre rendimentos, mantendo-se os outros impostos com um peso pouco expressivo. O aumento mais expressivo dar-se-á nos impostos sobre o rendimento, dos quais se espera uma subida de 0.8pp, para 6.2% do PIB, em 2011. Este aumento expressivo dos impostos directos estará relacionado com os impostos sobre o rendimento colectivo, uma vez que se espera que a produção de várias explorações mineiras

tenha início este ano. A estimativa dos impostos sobre bens e serviços mostra uma pequena redução de 0.1pp do seu peso para 9.2% do PIB, no entanto, manter-se-ão como a mais importante fonte de receita (57% das receitas fiscais) e o seu crescimento nominal será robusto (14.4%). Outros impostos fiscais deverão situar-se em 0.8% do PIB, em 2011, ligeiramente acima de 0.7%, em 2010.

9.2.4 Despesa do Estado

As despesas deverão ver o seu peso relativamente ao PIB decair ligeiramente em 2011, para 35.3%, face a 35.6% no ano anterior.

Em termos de variação homóloga, esta deverá situar-se em 14.7%, um crescimento inferior ao das receitas. Em 2011, as despesas encontram-se distribuídas entre despesas correntes (18.3% do PIB ou 52% do total das despesas), despesas de investimento (16% do PIB ou 45% do total das despesas) e operações financeiras (1% do PIB ou 3% do total das despesas). A elevada afectação da despesa a investimento é desejável face ao estágio de desenvolvimento do país. De facto, existe uma enorme carência de infra-estruturas de serviços básicos, desde hospitais, escolas, meios de transporte, o que torna as situações de pobreza extrema ainda mais prementes. Assim, é expectável que no curto/médio prazo as autoridades mantenham o esforço de investimento (segundo estimativas do FMI, as despesas de investimento deverão cair ligeiramente até 2015, para 15% do PIB).

9.2.4.1 Despesa Corrente

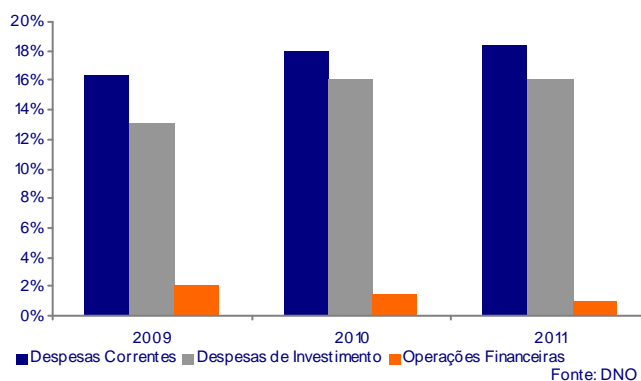
As despesas correntes deverão aumentar 17.7%, em 2011, aumentando o seu peso no PIB em 0.3pp, para 18.3%. A principal componente corresponde às despesas com pessoal, cujo peso do PIB, em 2011, deverá ser de 9.7%, um aumento de 0.2pp. Para além da actualização salarial e das progressões na carreira previstas, esta rubrica contempla uma verba para novas admissões. Estas deverão ser 13000, estando a maioria afectas ao sector da educação (8500) e saúde (1500).

A segunda componente com maior peso serão as transferências correntes (3.1% do PIB, uma queda de 0.2pp em relação a 2010). Esta rubrica inclui os gastos com pensões civis e militares, subsídio de alimentos, entre outros ligados eminentemente ao Estado Social, pelo que no longo prazo poderá existir uma pressão ascendente sobre esta rubrica.

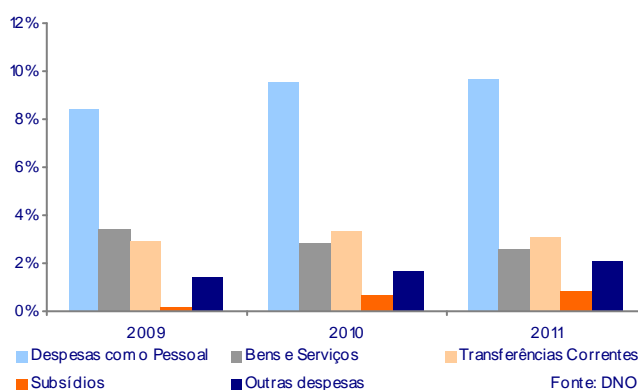
As despesas com bens e serviços representam 2.6% do PIB, tendo o peso desta rubrica decaído 0.8pp nos últimos 2 anos. O esforço de racionalização das despesas do Estado tem vindo a acentuar-se, existindo um maior controlo dos gastos em passagens aéreas, combustíveis e lubrificantes e comunicações, entre outros, que permitem a obtenção de poupanças significativas.

Ainda destaque para a rubrica de subsídios, cujo peso quadruplicará entre 2009 e 2011, para 0.8% do PIB. Em 2011, serão os subsídios concedidos aos panificadores e às empresas de transportes urbanos de passageiros que terão maior impacto. De referir ainda que os encargos da dívida deverão aumentar 0.3pp, para 1% do PIB, em 2011. Tal deve-se, internamente, ao aumento dos encargos com Obrigações do Tesouro e compensação às gasolinhas e, externamente, ao efeito da depreciação da moeda nos juros a pagar.

Composição da despesa (em % do PIB)



Composição da despesa corrente (em % do PIB)



9.2.4.2 Despesas de Investimento

As despesas de investimento deverão aumentar cerca de 14.8% do PIB, em 2011, o que não impedirá uma queda de 0.1pp do seu peso no PIB, para 16%. A componente realizada com recurso a financiamento doméstico será cerca de 1/3 do total das despesas de investimento e corresponderá a 5% do PIB. Por sua vez, a componente realizada com recurso a financiamento externo terá um peso de 11% do PIB. O maior recurso a financiamento externo prende-se com a possibilidade de recorrer a donativos que diminuem o custo do projecto e, também, com a preocupação das autoridades de não fazerem um uso excessivo do crédito interno, o que diminuiria a acessibilidade de crédito para os particulares.

A distribuição sectorial das despesas de investimento evidencia que infra-estruturas e governação serão as duas principais áreas de actuação em 2011. O peso de cada uma destas componentes será ligeiramente superior a 30% do total das despesas em investimento, o que corresponde a cerca de 5% do PIB. Cerca de metade da verba destinada à componente de infra-estruturas será afectada à construção reabilitação e manutenção de pontes e estradas, uma das principais carências do país e que constitui um entrave ao desenvolvimento da actividade económica. Outros projectos relevantes de infra-estruturas estão relacionados com o fornecimento de água e saneamento às populações (4% das despesas de investimento) e a reabilitação do terminal de carvão (2% das despesas de investimento), um investimento importante para permitir o escoamento da produção de carvão.

No sector da governação, as verbas destinam-se maioritariamente à alocação por distritos (90% das despesas de governação), o que é representativo do esforço que vem sendo feito pelas autoridades para descentralizar o processo decisório. A maior aproximação das autoridades da realidade local permite que exista uma melhor percepção das necessidades mais prementes da população e, assim, priorizar da melhor forma os investimentos a realizar.

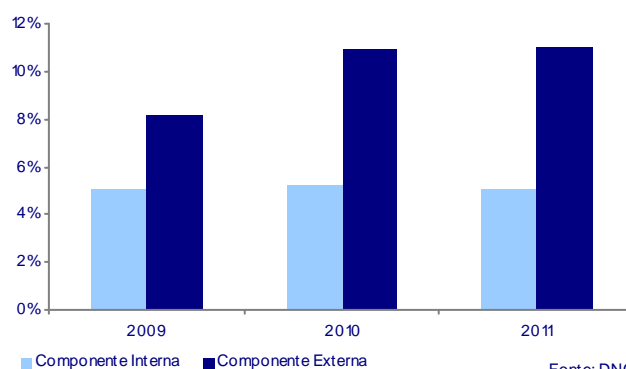
Outros sectores relevantes são educação e saúde, com um peso de 6% e 4%, respectivamente, nas despesas de investimento. Os principais projectos dentro destas áreas são a construção e reabilitação de escolas secundárias e técnicas e a aquisição e distribuição de medicamentos. Estes projectos denotam algumas das principais carências do país, nomeadamente a baixa qualificação da população e esperança média de vida.

Ainda de referir, o investimento no sector agrícola (3% do total das despesas de investimento) e no da juventude, turismo e desporto (2% do total das despesas). Enquanto que no primeiro se destaca o Plano de Acção para Produção de Alimentos, no segundo, a verba destina-se à realização dos Jogos Africanos de 2011.

9.2.5 Conclusão

O elevado défice antes de donativos espelha a necessidade de, gradualmente, se assistir a um aumento das receitas próprias, uma vez que se espera que, à medida que o país se desenvolva, os donativos disponibilizados diminuam. As autoridades expressam esta preocupação, ao afirmar que objectivo da política orçamental é garantir a sustentabilidade das contas públicas no médio e longo prazo e diminuir o défice orçamental e a dependência face ao exterior.

Composição das despesas de investimento (em % do PIB)



Investimento por sector

	Valor (MT M)	% Inv. Total	% PIB
Infra-estruturas	19,163	32%	5%
Constr., Reab. e Manut. de Estradas e Pontes	9,491	16%	3%
Água e Saneamento	2,698	4%	1%
Reab. do Terminal de Carvão	1,468	2%	0%
Governação	18,396	31%	5%
Alocação aos Distritos	16,714	28%	4%
Educação	3,595	6%	1%
Constr. e Reab. de Esc. Secund. e Técnicas	1,108	2%	0%
Saúde	2,281	4%	1%
Aquisicao e Distribuicao de Medicamentos	1,425	2%	0%
Agricultura	1,607	3%	0%
Plano de Acção para Produção de Alimentos	1,265	2%	0%
Juventude, Turismo e Desportos	1,425	2%	0%
Jogos Africanos de 2011	1,182	2%	0%

Fonte: DNO.

O facto de este défice estar em linha com o valor destinado a despesas de investimento é considerado positivo, uma vez que estas despesas são potenciadoras do crescimento económico e, por conseguinte, conduzem a um aumento das receitas do Estado. A distribuição sectorial das despesas de investimento mostra que a principal prioridade se encontra no desenvolvimento de infra-estruturas, o que deverá permitir diminuir os entraves à prossecução da actividade empresarial. Será também necessário investir nos sectores da educação e saúde de forma significativa, uma vez que o país apresenta uma baixa qualificação da sua população e a esperança média de vida à nascença é reduzida, em grande parte devido ao VIH/SIDA. A agricultura é outro sector prioritário, dado o seu carácter redutor da pobreza.

Para que o aumento das receitas próprias se concretize será necessário que os serviços de cobrança fiscal se tornem mais eficazes e, sobretudo, que se assista a redução significativa da informalidade da economia. Os elevados níveis de pobreza e desemprego levam a que a maioria da população recorra a pequenas actividades ou oportunidades de negócio ocasionais para subsistir, não existindo um registo legal destas actividades. Neste domínio, **a criação do Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes surgiu como uma importante ferramenta no combate à informalidade.**

De realçar, ainda, **a necessidade de alterar o modelo de crescimento económico.** Actualmente, o elevado nível de investimento directo estrangeiro centra-se na indústria extractiva, um sector intensivo no factor capital, daí que o crescimento acelerado da economia não se traduza numa significativa redução dos níveis de desemprego. Assim, é necessário desenvolver sectores intensivos no factor trabalho, tais como a agricultura ou a indústria transformadora, de forma a tornar o crescimento económico inclusivo de uma maior proporção da população. Outro benefício seria a diminuição da importação de bens de consumo e alimentares reduzindo as necessidades de financiamento externo da economia. A criação de incentivos por parte das autoridades para o desenvolvimento destas actividades deverá desempenhar um papel fundamental, tal como acontece actualmente no sector extractivo. Em suma, para além do aumento da eficiência da máquina fiscal e do alargamento da base tributária, importa também desenvolver de forma sustentada um sector privado robusto, gerador de riqueza e emprego.

Principais Indicadores Económicos

	2007	2008	2009	2010P
População	20.3	20.7	21.2	21.6
PIB per capita PPC	828	886	933	982

Fonte: Banco Mundial, FMI.

Produto Interno Bruto

	2007	2008	2009	2010P
PIB (milhões Mtz)	207,644	239,775	269,000	324,000
PIB (mil milhões USD)	8.12	9.92	10.04	9.76

Composição do PIB (por sectores)

Agricultura	25.2%	28.0%	27.7%	n.d.
Manufacturas	15.0%	13.7%	14.2%	n.d.
Comércio	14.8%	14.8%	16.1%	n.d.
Transp. e com.	9.7%	9.8%	10.2%	n.d.
Activ. Imob.	6.2%	5.9%	5.8%	n.d.
Elect. e água	5.6%	5.0%	4.7%	n.d.
Activ. Fin.	4.6%	4.2%	4.3%	n.d.
Outros	18.8%	18.6%	17.0%	n.d.

Fonte: INE, FMI.

Previsões para o Crescimento Moçambicano (t.v.r. do PIB, %)

	2009	2010	2011
Orçamento de Estado 2011	6.7	7.2	7.4
FMI (CR Dez 10)	7.2	7.5	7.8
Economist Intelligence Unit (Dez 10)	8.5	7.3	7.5

Fonte: Ministério das Finanças de Moçambique, Economist Intelligence Unit, FMI.

Índice de Preços no Consumidor

	2007	2008	2009	2010
Taxa de Inflação (IPC, %)	9.2%	14.5%	3.7%	12.5%

Fonte: INE.

Sector Externo

	2007	2008	2009	2010
Exportações (USD milhões)	2,381.1	2,412.1	2,653.3	1,852.6
Importações (USD milhões)	2,648.8	2,811.1	3,457.8	3,243.1
Saldo Balança Comercial (%PIB)	-3.7%	-4.9%	-8.1%	-14.2%
Saldo Balança Corrente (%PIB)	-8.8%	-9.8%	-9.9%	-12.0%
Reservas Externas Líquidas (USD milhões)	1,206.1	1,503.5	1,643.2	1,840.8

Fonte: Banco de Moçambique.

Contas Públicas

	2007	2008	2009	2010
Receita Total (%PIB)	26	25.3	26.8	27.6
Despesa Total (%PIB)	29	27.8	32.2	32.5
Saldo Orçamental (%PIB)	-3	-2.2	-5.4	-4.9

Fonte: EIU.

Principais Varáveis Financeiras

	2007	2008	2009	2010
Taxa de Câmbio				
*31 Dez				
USD/Mtz	23.75	25.25	30.2	34
EUR/Mtz	35.36	35.28	43.3	45.56
Média				
USD/Mtz	25.81	24.22	27.67	35
EUR/Mtz	34.65	35.63	38.65	46.4
Taxas de Juro Nominais (Mtz)				
Até 180 dias	22.89	22.89	20.02	20.73
Mais de 1 ano	21.18	21.18	19.87	19.46

Fonte: Bloomberg, Banco de Moçambique e BPI.

"Esta publicação destina-se exclusivamente a circulação privada. A informação nela contida foi obtida de fontes consideradas fiáveis, mas a sua precisão não pode ser totalmente garantida. As recomendações destinam-se exclusivamente a uso interno, podendo ser alteradas sem aviso prévio. As opiniões expressas são da inteira responsabilidade dos seus autores, reflectindo apenas os seus pontos de vista e podendo não coincidir com a posição do BPI nos mercados referidos. O BPI, ou qualquer afiliada, na pessoa dos seus colaboradores, não se responsabiliza por qualquer perda, directa ou potencial, resultante da utilização desta publicação ou seus conteúdos. O BPI e seus colaboradores poderão deter posições em qualquer activo mencionado nesta publicação. A reprodução de parte ou totalidade desta publicação é permitida, sujeita a indicação da fonte."

BANCO BPI. S.A.

Rua Tenente Valadim, 284
Telef.: (351) 22 207 50 00

4100 - 476 PORTO
Telefax: (351) 22 207 58 88

Largo Jean Monnet, 1 - 9º
Telef.: (351) 21 724 17 00

1269-067 LISBOA
Telefax: (351) 21 353 56 94